

ATA DA 70ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de junho de 2012

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

1 Aos onze dias do mês de junho de dois mil e doze, às nove horas
2 e trinta minutos, na sala dos Órgãos Colegiados do Ministério
3 Público do Estado do Ceará, na sede da Procuradoria Geral de
4 Justiça, reuniram-se para a 70ª Reunião Ordinária do Conselho
5 Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos -
6 CEG/FDID, sob a Presidência do **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda**
7 **Cavalcante Machado**, Presidente do CEG/FDID, representando a
8 Procuradoria Geral de Justiça - **PGJ**, as Conselheiras e
9 Conselheiros adiante indicados: **Dr. Felipe Gomes Cavalcante**,
10 representando o Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
11 - **CONPAM**; **Dr. Francisco Auricélio Paiva**, representando a
12 Secretaria da Cultura do Estado do Ceará - **SECULT**; **Dra. Stela**
13 **Silvia Ponte Soares**, representando a Secretaria da Ciência,
14 Tecnologia e Ensino Superior - **SECITECE**; **Dr. Germano Vieira da**
15 **Silva**, representando a Procuradoria Geral do Estado - **PGE**; **Dra.**
16 **Rimena Alves Praciano**, representando a Secretaria da Saúde do
17 Estado do Ceará - **SESA**; **Dr. Antônio Carlos Azevedo Costa**,
18 representando o Programa Estadual de Proteção e Defesa do
19 Consumidor - **DECON**; **Dra. Diana da Cunha Moura**, representando a
20 Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará - **SEFAZ**; **Dra. Karine**
21 **Jucá Moreira**, representando a Secretaria do Turismo do Estado do
22 Ceará - **SETUR**. Justificou ausência: a representante do Centro de
23 Apoio Operacional de Proteção à Ecologia, Meio Ambiente,
24 Paisagismo, Patrimônio Histórico e Cultural - **CAOMACE**; o
25 representante da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - **AL**;
26 e a representante da Fundação Brasil Cidadão para Educação,
27 Cultura e Tecnologia - **FBC**. Faltou: o representante da
28 Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Planejamento Urbano -
29 **PJMA**. Sem representação: 02 (duas) ONG's. **Dr. Alfredo Ricardo de**
30 **Holanda Cavalcante Machado** - Bom dia, senhores e senhoras
31 integrantes deste Colegiado. Nós estamos dando início a 70ª
32 Reunião Ordinária do Conselho Estadual Gestor do Fundo de Defesa
33 dos Direitos Difusos. Façamos, portanto, a conferência de quorum
34 na forma do art. 13 do Regimento Interno do FDID, o Decreto nº
35 27.729/2005. Este que vos fala, presente. O Dr. Felipe Gomes do
36 CONPAM está presente; Dra. Anna Cristina Linhares Freire de
37 Moraes da SECULT sendo substituída pelo Dr. Francisco Auricélio;
38 Dra. Stela Silvia Ponte Soares da SECITECE; o nosso Dr. Germano
39 Vieira da PGE, meus cumprimentos; Dra. Rimena da SESA; Dr.
40 Raimundo Batista de Oliveira está ausente, nosso colega do Meio
41 Ambiente; Dra. Vanja Fontenele do CAOMACE está de férias; Dr.
42 Antônio Carlos Azevedo representando o DECON, em nome da Dra.
43 Ann Celly Sampaio; Dra. Diana da Cunha Moura da SEFAZ; Dr.
44 Maximiliano Leite Barbosa da SETUR não veio, quem está
45 substituindo é a Dra. Karine Jucá Moreira; Deputado Fernando
46 Hugo está ausente. Justificou ausência o representante da AL;
47 Dra. Maria Leinad, representante da Fundação Brasil Cidadão,
48 justificou ausência. Temos aqui como órgãos convidados presentes

ATA DA 70ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de junho de 2012

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

49 nesta sessão: a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do
50 Ceará - ADAGRI, representado pelo Dr. Francisco Rocha e pela
51 Dra. Adrienne Paixão; Superintendência do Meio ambiente -
52 SEMACE, a Dra. Rosemary Felício; Conselho de Políticas e Gestão
53 do Meio Ambiente - CONPAM e a Secretaria da Saúde do Estado do
54 Ceará, a Dra. Rossana Meira. Bom dia a todos. Totalizando,
55 portanto, 8 (oito) Conselheiros presentes, verifica-se o quorum
56 para a abertura da presente sessão. Passemos, portanto, a pauta
57 que tem como ponto número 01 a deliberação sobre a Ata da 69ª
58 Reunião Ordinária do CEG/FDID. Ponho a matéria em discussão.
59 Quem concorda com o conteúdo exposto na Ata permaneça como está.
60 Aprovada, portanto, a unanimidade. Expedientes a cargo da
61 Secretaria deste Órgão Colegiado. Ponto 02 da nossa pauta
62 refere-se sobre a apresentação do demonstrativo dos valores
63 recolhidos ao FDID referente ao mês de maio de 2012. Passo a
64 palavra à Secretária para proceder a leitura. **Maria Ivonete**
65 **Batista Albuquerque** - Exercício 2012, mês de maio. Saldo do
66 exercício anterior de R\$ 3.457.749,97 (três milhões, quatrocentos
67 e cinquenta e sete mil, setecentos e quarenta e nove reais e
68 noventa e sete centavos). Depósitos de R\$ 148.900,64 (cento e
69 quarenta e oito mil, novecentos reais e sessenta e quatro
70 centavos). Rendimentos de R\$ 25.173,39 (vinte e cinco mil, cento
71 e setenta e três reais e trinta e nove centavos). Total de
72 Créditos, R\$ 174.074,00 (cento e setenta e quatro mil e setenta e
73 quatro reais). Total de Débitos não teve. Despesas efetuadas no
74 período também não houve. Saldo Anterior mais Créditos, R\$
75 3.461.824,90 (três milhões, quatrocentos e sessenta e um mil,
76 oitocentos e vinte e quatro reais e noventa centavos). **Dr.**
77 **Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - Ponho o
78 demonstrativo em discussão. A matéria continua em discussão. **Dr.**
79 **Germano Vieira da Silva** - Senhor Presidente, apenas um erro
80 material aqui: quando a totalização seria, no caso, R\$
81 3.631.824,90 (três milhões, seiscentos e trinta e um mil,
82 oitocentos e vinte e quatro reais e noventa centavos) **Dr.**
83 **Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - Alteração a ser
84 procedida pela Secretaria. Continua em discussão a matéria.
85 Superada a fase de discussão, colho o voto dos senhores
86 Conselheiros. **Dr. Felipe Gomes Cavalcante** - CONPAM, pela
87 aprovação ou desaprovação. **Dr. Felipe Gomes Cavalcante** - Sim,
88 aprovo. **Dr. Francisco Auricélio Paiva** - SECULT - Pela aprovação,
89 Excelência. **Dra. Stela Silvia Ponte Soares** - SECITECE - Pela
90 aprovação. **Dr. Germano Vieira** - PGE - Senhor Presidente, se a
91 Ivonete puder fazer, bem rapidinho, essa soma novamente. Se não,
92 eu gostaria de fazê-la. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda**
93 **Cavalcante Machado** - Uma máquina de calcular. **Dr. Germano Vieira**
94 **da Silva** - Estou com ela aqui. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda**
95 **Cavalcante Machado** - É bom dois fazerem a soma para ver se bate.
96 **Dra. Diana da Cunha Moura** - Pronto. Eu já fiz R\$ 3.631.824,00

ATA DA 70ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de junho de 2012

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

97 (três milhões, seiscentos e trinta e um mil, oitocentos e vinte
98 e quatro reais), não tem os noventa centavos. Porque você tem
99 que somar exatamente o saldo do exercício anterior com os
100 rendimentos e os depósitos para totalizar os débitos. Esses
101 noventa centavos de créditos realmente não estão batendo. **Maria**
102 **Ivonete Batista Albuquerque** - Então é o saldo anterior mais o
103 crédito que ficou o nove a mais, não é isso? Pronto. **Dra. Diana**
104 **da Cunha Moura** - R\$ 3.631.824,00 (três milhões, seiscentos e
105 trinta e um mil, oitocentos e vinte e quatro reais). **Maria**
106 **Ivonete Batista Albuquerque** - O total está correto? **Dra. Diana**
107 **da Cunha Moura** - Isso. Tem que corrigir saldo anterior mais
108 créditos. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** -
109 Quanto é exatamente o saldo? **Dra. Diana da Cunha Moura** - R\$
110 3.631.824,00 (três milhões, seiscentos e trinta e um mil,
111 oitocentos e vinte e quatro reais). **Dr. Alfredo Ricardo de**
112 **Holanda Cavalcante Machado** - Dr. Germano, é esse? **Dr. Germano**
113 **Vieira da Silva** - É. O que eu fiz aqui na verdade dá outro
114 saldo, mas eu vou... Se Vossa Excelência me permitir, eu vou
115 refazer aqui. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado**
116 - Pronto. Vamos refazer. Retomamos a discussão e aí a gente
117 reinicia a votação. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Pela ordem,
118 Excelência. Não sei se vai bater a minha conta com a da
119 representante da SEFAZ, mas o meu deu um pouco menos, R\$
120 3.631.823,97 (três milhões, seiscentos e trinta e um mil,
121 oitocentos e vinte e três reais e noventa e sete centavos),
122 porque, no caso, eu estou somando aqui o saldo do exercício
123 anterior com o total de créditos. **Dra. Diana da Cunha Moura** -
124 Exatamente, mas o total de créditos está errado. **Dr. Alfredo**
125 **Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - Quem mexe melhor com
126 números? A SEFAZ ou a PGE? **Dra. Diana da Cunha Moura** - Porque o
127 total de créditos está errado. É R\$ 174.074,03 (cento e setenta e
128 quatro mil, setenta e quatro reais e três centavos). **Dr. Germano**
129 **Vieira da Silva** - É concordo. Existe outro erro material no
130 total de créditos, não é isso? **Dra. Diana da Cunha Moura** -
131 Exatamente. É R\$ 174.074,03 (cento e setenta e quatro mil,
132 setenta e quatro reais e três centavos). Aí fecha em R\$
133 3.631.824,00 (três milhões, seiscentos e trinta e um mil,
134 oitocentos e vinte e quatro reais). **Dr. Germano Vieira da Silva**
135 - É. Então eu concordo com essas alterações aí. **Maria Ivonete**
136 **Batista Albuquerque** - Então o total ficou R\$ 3.631.824,00 (três
137 milhões, seiscentos e trinta e um mil, oitocentos e vinte e
138 quatro reais). **Dra. Diana da Cunha Moura** - Só que têm que ser
139 feitas as correções nos rendimentos e no total dos créditos.
140 Quanto fica o total dos créditos? **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda**
141 **Cavalcante Machado** - Vamos fazer as alterações agora. **Dra. Diana**
142 **da Cunha Moura** - R\$ 174.074,03 (cento e setenta e quatro mil,
143 setenta e quatro reais e três centavos) e têm que tirar esses
144 noventa centavos do saldo anterior mais créditos. **Dr. Alfredo**

ATA DA 70ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de junho de 2012

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

145 **Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - Providenciadas as
146 alterações? Estão exatas agora? Vamos retomar a votação do
147 demonstrativo. Dr. Felipe, como vota o senhor? **Dr. Felipe Gomes**
148 **Cavalcante** - Aprovo com as alterações. **Dr. Francisco Auricélio**
149 **Paiva** - Sem questionamento algum. **Dra. Stela Silvia Ponte Soares**
150 - Aprovado com as devidas alterações. **Dr. Germano Vieira da**
151 **Silva** - Também aprovo. **Dra. Rimena Alves Praciano** - Aprovo. **Dr.**
152 **Antônio Carlos Azevedo Costa** - Aprovado. **Dra. Diana da Cunha**
153 **Moura** - Aprovado com as alterações. **Dra. Karine Jucá Moreira** -
154 Aprovo. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - Com
155 as devidas alterações e providenciada a retificação, o Colegiado
156 aprovou o demonstrativo à unanimidade dos membros presentes. O
157 ponto 03 elencado na pauta: discussão sobre a produção de
158 alimentos orgânicos no Estado do Ceará. Na reunião passada, o
159 representante do CONPAM, Dr. Flávio Rêgo, falou que no Estado de
160 Pernambuco foi encontrado agrotóxico em alimentos especificados
161 como orgânicos. O Dr. Antônio Carlos, representante do DECON,
162 sugeriu que fossem convidados os representantes da ADAGRI,
163 EMATERCE, CONPAM, SEMACE e SESA, para saber das condições de
164 produção de alimentos orgânicos no Estado do Ceará. Passo a
165 palavra para o encaminhamento da questão ao Dr. Antônio Carlos
166 representante do DECON. **Dr. Antônio Carlos Azevedo Costa** - Vamos
167 ouvir os nossos convidados... **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda**
168 **Cavalcante Machado** - Seria bom que você fizesse uma breve
169 preleção para colocá-los a par do que foi discutido aqui na
170 sessão passada. **Dr. Antônio Carlos Azevedo Costa** - Após as
171 discussões do Deputado Fernando Hugo, o representante da
172 Assembleia, ficou em dúvida a existência de determinadas
173 condutas delituosas e o risco que a sociedade e o consumidor
174 cearense está propenso a sofrer devido a insegurança nos
175 orgânicos. Então nesse contexto é que foi sugerida a presença
176 dos agentes que operam na área, para trazer a nós, aqui,
177 Conselheiros, a realidade dos fatos. Porque do jeito que ficou
178 explícito até mesmo os profissionais formados pela Universidade
179 do Estado do Ceará, a quem compete fiscalizar esse trabalho, não
180 têm condições de realizá-lo. Então, a venda de agrotóxico, a
181 venda desses produtos da agricultura cearense está aí a granel,
182 como diz o matuto. Então nesse contexto é que nós gostaríamos de
183 ouvir e adotar algumas providências. "Encaminharmos" juntos para
184 a gente resolver a situação, não é?! **Dr. Alfredo Ricardo de**
185 **Holanda Cavalcante Machado** - Certo. Os órgãos convidados que
186 estão presentes aqui são: Dra. Adriana Paixão que é da ADAGRI,
187 Dr. Francisco Rocha também da ADAGRI. Da EMATER, veio alguém?
188 Não. **Dr. Antônio Carlos Azevedo Costa** - Presidente, com licença?
189 Eu até sugiro aos nossos convidados terem acesso a pauta do que
190 foi discutido, precisamente, no bate bola do representante da
191 Assembleia e nós do DECON para saber o que foi ventilado aqui no
192 Conselho. Nela constam todas as palavras que foram ditas, que é

ATA DA 70ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de junho de 2012

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

193 tão importante para eles terem como roteiro as explicações. **Dr.**
194 **Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - A SEMACE está
195 aqui também representada pela Dra. Rosemary. A SESA, a Dra.
196 ROSANA está, e o CONPAM está também, não é? A ADAGRI seria o
197 órgão mais diretamente envolvido, não é, na questão? **Dra.**
198 **Adrienne Paixão** - Em partes. A Dra. Rossana que é da vigilância
199 sanitária pode ver também a Ata? Essa questão do agrotóxico ela
200 é uma atuação compartilhada. No Estado, nós temos a ADAGRI,
201 juntamente com a SEMACE, juntamente com o CREA, que é o Conselho
202 Regional de Engenharia e Arquitetura e também com a grande
203 parceria junto a Secretaria de Saúde do Estado, onde cada um, na
204 questão do agrotóxico, tem a sua função específica. A ADAGRI, no
205 caso, digamos assim, ela fiscaliza o modo de aplicação desse
206 inseticida; a SEMACE também, no modo de aplicação, na venda, na
207 parte de comercialização, através do cadastro das empresas que
208 revendem; e o CREA, na parte de comercialização. Então, essa é
209 uma questão, existe mais recente uma parceria entre esses órgãos
210 juntamente com a Secretaria da Saúde do Estado, onde a Dra.
211 Rossana vai poder explicar melhor, que é exatamente a análise de
212 resíduo de agrotóxico nos produtos comercializados no Estado do
213 Ceará. Mas essa questão ela vem um pouco, digamos assim, mais
214 acima. Eu até poderia aqui está sugerindo a participação de
215 algum representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e
216 Abastecimento para melhores esclarecimentos a este Conselho, já
217 que o Ministério da Agricultura, o MAPA, é que é responsável
218 pelo credenciamento das certificadoras. As certificadoras são
219 empresas privadas que recorrem seu registro junto ao Ministério
220 da Agricultura e a sua creditação junto ao próprio INMETRO -
221 Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, para
222 poder essas certificadoras estarem atuando na área de orgânicos.
223 E essas certificadoras, além de credenciadas junto ao Ministério
224 da Agricultura, elas têm que ser reconhecidas pelo país
225 importador. Então quem realmente regula essa questão da
226 certificação é o Ministério da Agricultura. Mais recentemente
227 foi aberto uma exclusão para produtos da agricultura familiar,
228 onde os produtores familiares de alimentos orgânicos, eles não
229 precisam da certificação. Então isso deixa uma margem muito
230 grande na atuação da própria fiscalização. Eles entram no
231 cadastro de produtores orgânicos, mas eles não são certificados
232 nem pelo Ministério da Agricultura, nem pelas empresas de
233 certificação privada. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante**
234 **Machado** - Os produtos caseiros? **Dra. Adrienne Paixão** -
235 Exatamente. Mas essa questão da agricultura familiar, a gente vê
236 muito ela voltada para a parte vegetal. Então, os produtores e
237 as produtoras familiares são isentos de certificação, desde que
238 eles sejam ligados a uma organização de controle social. Então,
239 essa organização de controle social é quem, digamos, faz todo
240 esse acompanhamento desses produtores. Eles têm direito de

ATA DA 70ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de junho de 2012

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

241 colocar no seu produto que é um produto orgânico, mas que eles
242 não sofrem o devido acompanhamento como as empresas de grande
243 porte, dentre elas as exportadoras. Tem muito essa questão, e aí
244 eu estava, antes de iniciar a reunião, comentando de que...
245 Inclusive, na semana passada, de 27 de maio a 03 de junho foi a
246 Semana Nacional dos Produtos Orgânicos desenvolvidos pelo
247 Ministério da Agricultura, essa semana, mas que, no entanto, não
248 teve nenhuma ação voltada aqui no Ceará. Bahia, Mato Grosso,
249 Alagoas, mas no Ceará, propriamente dito, não houve esse
250 movimento por parte da Superintendência Federal de Agricultura,
251 que é a representante do MAPA aqui no Estado. Então tem muito
252 essa questão, e eu comentando, inclusive no Estado do Ceará de
253 empresas... Eu que trabalho com a parte de origem animal, nós
254 temos principalmente os produtores de mel, onde existe um certo
255 produtor localizado na região de grande exportação de frutas
256 como o melão, e que essa empresa ela faz utilização de
257 agrotóxico. E a gente sabe que a abelha, como inseto polinizador
258 é um dos mais importantes. Então quem me garante que o produto é
259 orgânico, se a abelha pode estar indo buscar o nectá dela, o
260 pólen dela nessas produções que são utilizados agrotóxicos?
261 Então, exatamente essa questão, eu acho que não é digamos assim,
262 que faltam condições... **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda**
263 **Cavalcante Machado** - Se o pólen estiver contaminado, contamina o
264 mel também? **Dra. Adrienne Paixão** - Contamina o mel. É um
265 produtor exportador. O principal dele é a exportação. E aí cabe
266 ao destino... Eles realizam a análise desse mel. Até o presente
267 momento não houve, até onde saibamos, nenhuma ocorrência de
268 resíduos de agrotóxicos nesse produto exportado, até porque é um
269 produto que se a amostra dele der contaminada, eles devolvem
270 todo o lote. Então, não me admira ter acontecido isso em
271 Pernambuco. Acredito que com a parceria que está iniciando junto
272 com a Secretaria da Saúde, ADAGRI, SEMACE e a própria CEASA aqui
273 em Fortaleza, onde vão ser coletadas, principalmente, frutas e
274 verduras para análise, a gente também chega a essa constatação,
275 principalmente pela falta de controle da aplicação, a falta de
276 aplicação e a falta de certificação dos produtores. **Dr. Alfredo**
277 **Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - Eu estava ausente na
278 sessão anterior, e se bem entendi, nós estamos aqui numa ação
279 preventiva proativamente, porque a luz amarela acendeu a partir
280 do fato ocorrido em Pernambuco. E a Senhora sugeriu a presença
281 de um representante do Ministério da Agricultura. **Dra. Adrienne**
282 **Paixão** - Isso. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado**
283 - O Conselho concorda? O plenário concorda que a gente convoque
284 um representante do Ministério da Agricultura relativamente a
285 esta área de alimentos orgânicos, de certificação de alimentos
286 orgânicos? **Dr. Francisco Auricélio Paiva** - Convocar também um
287 representante da EMATERCE, que tem um elo com o homem do campo.
288 E os órgãos que estão hoje presentes aqui também, reconvocá-los.

ATA DA 70ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de junho de 2012

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

289 **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - Para a
290 próxima reunião. **Dra. Stela Silvia Ponte Soares** - Eu queria só
291 perguntar porque foi colocado que para fazer essa análise iria,
292 se eu não me engano, para Recife e passaria de 6 a 8 meses para
293 voltar o resultado; então eu queria, em termos práticos,
294 elucidar essa história, de como vai ser feito esse controle na
295 CEASA, porque disse que aqui, no Ceará, não tem laboratório, é
296 particular e é em Recife. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda**
297 **Cavalcante Machado** - Que faça essa análise para detectar se há
298 contaminação no alimento orgânico? Nós não temos laboratório
299 para isso aqui no Ceará? **Dra. Adrienne Paixão** - Aí eu gostaria
300 que a Dra. Rossana até respondesse, porque é a parte
301 laboratorial, é muito voltada para a saúde. **Dr. Alfredo Ricardo**
302 **de Holanda Cavalcante Machado** - Dra. Rossana, ao microfone, por
303 favor. **Dra. Rossana Meira** - Bom dia. Meu nome é Rossana, eu
304 trabalho na vigilância sanitária do Estado, e lá nós temos um
305 programa de análise de resíduo de agrotóxico que é o PARA. O
306 PARA, como o nome já diz, é Programa de Resíduos de Agrotóxicos.
307 Ele vem de Brasília, é um programa da ANVISA - Agência Nacional
308 de Vigilância Sanitária, e toda essa análise ela vêm toda
309 consolidada de lá. Hoje, agora, nesse exato momento, os nossos
310 coletores já estão coletando esses produtos. A gente chama de
311 rodada porque todos os nossos Estados estão hoje... Por exemplo,
312 agora a maçã, a cenoura e a alface, está certo? **Dr. Alfredo**
313 **Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - Ditos orgânicos. **Dra.**
314 **Rossana Meira** - Orgânicos não. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda**
315 **Cavalcante Machado** - Ditos orgânicos e não orgânicos. **Dra.**
316 **Rossana Meira** - E não orgânicos. São culturas que já vem
317 consolidadas o ano inteiro. Alguém diz: vocês vão coletar o ano
318 inteiro essas culturas por rodada. Aí todo o Brasil coleta e
319 manda para os laboratórios credenciados. O nosso Estado,
320 infelizmente, ainda não tem um laboratório. Aqui temos só o
321 LACEN, está certo? Mas aí já conversamos com o Dr. Fonseca sobre
322 isso, já estamos montando parceria com o NUTEC - Núcleo de
323 tecnologia Industrial do Ceará, para realizar essas análises,
324 que é um laboratório credenciado do Estado, devido também a
325 nossa morosidade de... esses laudos. Como esses laboratórios
326 recebem todas as culturas de todo o Brasil. Demora o quê?! De 45
327 dias a 60 dias para recebermos o laudo! Então a gente quer algo
328 mais próximo. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado**
329 - E a regional nossa é em Recife? **Dra. Rossana Meira** - Não. É
330 assim: todo o Brasil manda para aquele respectivo laboratório,
331 para uma análise única, dependendo de qual cultura seja
332 analisada. Por exemplo: se for a cultura do mamão, abacate e
333 laranja, vai para o laboratório de Goiás. Se for cenoura, acelga
334 e feijão, vai para outro laboratório capacitado para realizar
335 aquelas respectivas culturas com aqueles respectivos
336 agrotóxicos, está certo?! Mas para a parte de orgânicos, a gente

337 não vê. A gente vê resíduos de agrotóxicos nos alimentos. Mas a
338 parte de orgânicos, não. **Dra. Adrienne Paixão** - Até
339 complementando, assim em outras palavras, o que a Dra. Rossana
340 quer dizer, para nós enquanto Estado, nós não fiscalizamos o
341 produto orgânico. Nós trabalhamos com um rol de produtos
342 existentes. Agora de repente vai estar acontecendo, entrar um
343 produto que existe o selo orgânico para aquele produto, e a
344 gente encontrar resíduos de agrotóxico, mas para a gente,
345 enquanto órgão fiscalizador, é indiferente se ele é orgânico ou
346 não. Até porque cabe ao Ministério da Agricultura, e muito claro
347 no SisOrg - Sistema Brasileiro de avaliação da Conformidade
348 Orgânica, que é um sistema que certifica as Certificadoras de
349 que a detecção de fraude, alterações, pode até levar a multa,
350 a apreensão de produto. Então não cabe a nós Estado detectar
351 essas condições fraudulentas, essas adulterações no alimento e,
352 aí, tomarmos as nossas medidas fiscais. Isso ainda é uma ação do
353 Governo Federal. **Dra. Rossana Meira** - Agora já coube nós
354 coletarmos um produto orgânico e no laudo sair resíduos de
355 agrotóxicos. Isso daí nós temos lá conosco e encaminhamos para a
356 nossa regional que foi de Tianguá e ela foi lá e fez uma
357 inspeção lá na plantação do respectivo produtor, está certo?!
358 Agora o que é que estava acontecendo: do lado tinha uma
359 plantação de... agrotóxico e do outro vinha... Aí vem a questão
360 do vento, do agricultor que é a parte de desconhecimento. Agora
361 sim, temos reuniões bimestrais com diversos parceiros, e um
362 deles, que está aqui presente, é a SEMACE, a ADAGRI, o CREA. Nós
363 temos também a ACESU, que é a Associação Cearense de
364 Supermercados, com relação a conscientização do rastreamento dos
365 seus produtos, isso é muito importante. A CEASA, que é de onde
366 vem 80% (oitenta por cento) diretamente dos nossos produtos, já
367 conversamos diretamente com o Presidente da CEASA - Centrais de
368 Abastecimentos... Então está nos fortalecendo perante isso, não
369 é?! Da importância... Agora estamos fazendo juntamente com o
370 CONPAM um caderno e uma cartilha sobre os defensivos agrícolas,
371 para sabermos como é que estamos trabalhando com isso. CEATOX,
372 que é com relação a parte de intoxicação, o... que é a saúde do
373 trabalhador também, que é o impacto ambiental, e o SISVAN, que é
374 a parte ambiental perante isso também. Então esses parceiros
375 estão sendo cada vez mais consolidados perante isso. Essa
376 parceria está sendo cada vez mais forte. O PARA está sendo um
377 norteador. Ele está desde 2008 com diversos laudos, tanto
378 positivos, como negativos, com relação ao índice de agrotóxico,
379 sendo um norteador para diversas ações e norte para isso. E a
380 gente está divulgando. Então esse programa está sendo um
381 norteador para os órgãos e para a gente. E a gente está aqui
382 para divulgar eles. Só isso. **Dra. Adrienne Paixão** - Eu gostaria
383 até de colocar aqui na plenária o convite, inclusive ao CREA,
384 que é o Conselho Regional, para até informar como ele está

ATA DA 70ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de junho de 2012

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

385 fazendo essa fiscalização da venda da comercialização do
386 agrotóxico, colocar também a questão. O convite a outra parceira
387 da Secretaria do desenvolvimento Agrário, que é o Instituto
388 Agropolos, junto com a EMATER, que faz esse acompanhamento
389 direto ao produtor. Quem faz realmente essa parte de extensão
390 rural como a gente costuma dizer, a partir de acompanhamento, de
391 capacitação. E o Instituto Agropolos, ele é gestor de um selo de
392 agricultura familiar, que é o selo que eles chamam de 100% (cem
393 por cento) agricultura familiar. O que deve ficar claro é que
394 para produtos de origem animal você pode ter certificação
395 orgânica, certificação de agricultura familiar, pode ser o selo
396 que for, ele é um selo de origem. Ele está colocando a origem do
397 produto a alguma outra certificação, mas todos esses produtos,
398 principalmente os produtos de origem animal, eles devem ser
399 fiscalizados e aí os estabelecimentos produtores devem ser
400 registrados junto ao órgão de inspeção de competência, que no
401 Estado, no caso, é o serviço de Inspeção Estadual na ADAGRI, e
402 no Ministério da Agricultura é o Serviço de Inspeção Federal,
403 que é o famoso CIF. Então a gente inclusive tem acompanhado que
404 esses selos, principalmente na parte da agricultura familiar
405 eles vêm existindo, e vêm existindo como forma de certificação
406 de qualidade sanitária. Eles são apenas uns certificados de
407 origem, da origem daquele produto: se é um produto orgânico ou
408 não orgânico; ou se é um produto vindo da agricultura familiar
409 ou de uma multinacional. Mas a certificação sanitária ela é dada
410 através de órgãos públicos constituídos. Aí, no caso, serviço de
411 inspeção estadual, o serviço de inspeção federal e alguns
412 municípios, o serviço de inspeção municipal. Então isso, para o
413 próprio consumidor, já que a gente está aqui na Casa do
414 Consumidor, principalmente, é que essa informação tem que ficar
415 muito clara: que esses selos orgânicos e 100% (cem por cento) da
416 agricultura familiar não atestam a condição sanitária dos
417 produtos. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - Eu
418 sugiro até ao plenário decidirmos da conveniência, neste
419 momento, mesmo antes da vinda dos outros representantes dos
420 órgãos na próxima sessão, nós tirarmos daqui a decisão por uma
421 recomendação. O que é uma Recomendação?! Recomendação é um
422 instrumento jurídico procedimental colocado à disposição do
423 Ministério Público em que se narra um fato e pede-se
424 providências legais de particulares ou do poder público
425 responsáveis por aquele fato, e ali se previne eventuais
426 direitos ou mau ferimento a direitos com as eventuais
427 consequências jurídicas. Então, eu queria saber, de início,
428 quais são diretamente os órgãos envolvidos, ou seja,
429 responsáveis por este controle dos alimentos orgânicos. Quem
430 seriam eles? Ministério da Agricultura é o **DIPOA** - Departamento
431 de Inspeção de Produtos de Origem Animal? **Dra. Adrienne Paixão** -
432 No caso do Ministério da Agricultura, a representação do Estado

433 do Ceará é a Superintendência Federal de Agricultura no Estado
434 do Ceará, e no caso de, digamos assim, na célula mãe, em
435 Brasília, é a Secretaria de Defesa... Não, não é a Secretaria de
436 Defesa Agropecuária... Ele tem um órgão dentro do próprio
437 Ministério voltado só para questão produção orgânica, mas que,
438 no Estado do Ceará, não tem essa diferença. A responsabilidade
439 realmente é da Superintendência. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda**
440 **Cavalcante Machado** - Quem mais a nível de Estado? A ADAGRI teria
441 também responsabilidade, não é? **Dra. Adrienne Paixão** -
442 Exatamente! Principalmente voltada para a questão dos produtos
443 de origem animal, com maior evidência, maior ênfase nos produtos
444 vegetais. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** -
445 Certo. Ministério da Agricultura, ADAGRI no Estado. Quem mais
446 teria essa responsabilidade pela fiscalização? A Saúde
447 Sanitária, algum órgão da Secretaria da Saúde? **Dra. Rossana**
448 **Meira** - O que nós podemos fazer é talvez coletar produtos
449 orgânicos e saber se eles são realmente orgânicos. Coletar
450 produtos para sabermos se eles realmente são de fé. Se está...
451 Coletamos e infelizmente vimos que eles tinham agrotóxicos,
452 resíduos, não é?! Mas podemos fazer esse tipo de coleta. **Dr.**
453 **Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - Certo. Eu
454 solicito a Secretaria que essa Recomendação seja redigida pela
455 Assessoria aqui da PGJ, mas que pegue e-mail dos órgãos
456 convidados, para que, uma vez pronta essa Recomendação, seja
457 enviada previamente para eles, para que eles vejam o objeto e o
458 conteúdo técnico específico, não é?! Para ver se está tudo ok.
459 Dr. Francisco Rocha quer usar da palavra. **Dr. Francisco Rocha**
460 **Newton Martins** - Bom dia. Eu só queria reforçar aqui as palavras
461 aqui da Dra. Adrienne com relação a convocação do Ministério da
462 Agricultura, porque a nível de Brasil já existe um Programa
463 Nacional de Controle de Resíduos, certo?! Que exatamente está
464 desenvolvendo esse trabalho a nível nacional e era exatamente
465 uma pessoa ligada a esse Programa, a nível de Superintendência
466 Nacional de Agricultura, que deveria fazer parte dessa ...
467 Porque já tem um link com relação ao Programa de Resíduos do
468 Ministério da Agricultura. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda**
469 **Cavalcante Machado** - Dr. Germano. **Dr. Germano Vieira da Silva** -
470 Há uma questão preliminar, eu não sou da área, mas que ficou
471 muito claro para mim é que a agricultura familiar, ela está hoje
472 isenta desse controle, não é? **Dra. Adrienne Paixão** - Da
473 certificação. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Pois é, foi o que
474 ficou claro para mim. A agricultura familiar está isenta desta
475 certificação. E a certificação é um meio de controle. Então há
476 uma questão preliminar. E na minha visão, e aí eu queria quem
477 detém a competência maior para falar sobre o assunto, confirme
478 se de fato o que eu penso é verdadeiro: que no mercado que já
479 existe um pequeno, mas existe em flagrante ritmo de
480 desenvolvimento, um mercado de produtos orgânicos, uma das

481 maiores fontes está na agricultura familiar. Não é isso? **Dra.**
482 **Adrienne Paixão** - E aí, Dr. Germano, o senhor pode ter essa
483 confirmação diretamente do representante do Ministério da
484 Agricultura. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** -
485 Seriam eles os responsáveis? **Dra. Adrienne Paixão** - Exatamente.
486 Porque assim, foi o Ministério da Agricultura que deu essa
487 exceção a agricultura familiar. Então, eu acho que cabe ao
488 Ministério está aqui evidenciando qual a metodologia que ele
489 utiliza para o controle desses grupos. Eu sei que existe um
490 cadastro maior que esses produtores têm que estar inseridos e
491 que eles devem estar vinculados as organizações de controle
492 social. Então acredito que o Ministério não faça a fiscalização
493 direta ao produtor, mas que ele fiscalize essa organização.
494 Então quem pode dar maiores esclarecimentos realmente da
495 metodologia é o representante do Ministério da Agricultura. **Dr.**
496 **Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - Os senhores
497 percebem a necessidade de se fazer uma reunião extraordinária
498 para isso, porque a próxima só seria daqui a trinta dias. Há
499 urgência para isso? Já há indícios aqui no Estado? **Dr. Germano**
500 **Vieira da Silva** - E há excelência por parte do Conselho diante
501 de Vossa iniciativa já uma visão de uma Recomendação, certo? Eu
502 vejo estas questões prévias: primeiro essa questão da
503 agricultura familiar; segundo o nosso colega da ADAGRI, ele fez
504 referência ao controle de resíduos sólidos no país. E aí me
505 chamou atenção porque eu estou elaborando um controle acadêmico
506 sobre o assunto, e o controle da utilização do agrotóxico, no
507 que se refere a produção orgânica, ele é anterior a esse
508 controle de resíduos sólidos. Como assim: no País, já existem
509 várias leis específicas sobre determinado assunto. Por exemplo:
510 sobre agrotóxicos, existe uma lei específica sobre agrotóxico;
511 Sobre pneus, existe uma lei específica sobre o descarte do pneu.
512 Hoje já existe uma lei geral traçando as diretrizes sobre o
513 controle dos resíduos sólidos no país, embora ainda carente de
514 regulamentação. Mas essa questão do controle ela é prévia, ela é
515 anterior ao descarte desses resíduos. É a própria utilização do
516 agrotóxico na produção, então é questão prévia. Logo, eu não sei
517 se estou sendo muito presunçoso em afirmar isso, mas isso passa
518 pela análise do que o Ministério da Agricultura faz em isentar
519 esse controle a produção da agricultura familiar, sendo uma
520 fonte para a produção orgânica e como viabilizar esse controle
521 diante desse vácuo que Vossa Excelência falou e diante do fato
522 de que o controle mais imediato fica a cargo de órgãos
523 estaduais, pelo que eu notei aqui, entre eles: Agropolos,
524 EMATERCE, ADAGRI. Então isso passa por uma análise mais
525 detalhada. Hoje, por exemplo, existe uma CEASA na minha cidade.
526 Eu sou de Barbalha, não sei quem conhece aqui, mas existe um
527 centro de abastecimento hoje em Barbalha, lá no interior, e
528 estão sendo instalados outros, e isso é uma questão que vai

529 crescer em vulto, com certeza. Não sei. É uma sugestão. Imagine
530 que a ouvida do representante Ministério da Agricultura seja
531 essencial nesse momento. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda**
532 **Cavalcante Machado** - Seriam convites as outras entidades? Seria
533 uma Recomendação? **Dr. Germano Vieira da Silva** - Mesmo anterior a
534 essa Recomendação para a gente poder ter um conteúdo dessa
535 Recomendação mais eficaz, porque eu pergunto inclusive a Vossa
536 Excelência **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** -
537 Seria interessante antecipar uma sessão com a presença deles,
538 então? **Dr. Germano Vieira da Silva** - Sim, eu imagino que sim,
539 por conta desses argumentos que eu declinei agora. **Dr. Alfredo**
540 **Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - Antes da Recomendação,
541 então seria uma sessão extraordinária para a data mais breve
542 possível desimpedida, entendeu?! A gente vai marcar o mais
543 breve. **Dra. Stela Silvia Ponte Soares** - Eu gostaria também, para
544 não passar despercebido, porque na outra sessão foi falada
545 também sobre a venda indiscriminada dos agrotóxicos, porque
546 estariam sendo vendidos até nas calçadas... E foi sugerido aqui
547 até esse controle de um cadastro. O órgão que controla é o...
548 **Dra. Rosemeire Felício Nogueira** - Bom dia a todos, sou Rosemeire
549 Felício, não é o meu setor e nem a minha área de atuação,
550 agrotóxico, mas como eu estou aqui, vou tentar esclarecer dentro
551 daquilo que eu conheço e como funciona no órgão. E nas reuniões
552 posteriores vou sugerir que o setor que realmente, que é a DIF -
553 Diretoria Florestal, onde tem uma equipe, não é um núcleo que...
554 **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - É o
555 Ministério da Agricultura? **Dra. Rosemeire Felício Nogueira** -
556 Não, é da SEMACE, que cuida desse assunto para que possa até
557 esclarecer melhor a posição da SEMACE e como ela funciona no
558 grupo que atua, não é?! Porque a SEMACE trabalha com o controle
559 e a fiscalização. Antes de esclarecer, eu acho que para mim não
560 ficou claro se a CEASA seria um dos convidados para participar,
561 mas eu acho interessante que ela também fosse convidada até
562 porque um pouco da distribuição, e para que ela tomasse
563 consciência desse problema e ficar atenta para o próprio
564 controle dela em cima dos produtos que são comercializados e
565 distribuídos. Acho que a UFC - Universidade Federal do Ceará,
566 também, porque eu conheço mais ou menos o trabalho da Dra.
567 Raquel Rigoto e ela trabalha arduamente sobre a questão do
568 agrotóxico na região de Jaguaruana. Ela é Professora da UFC,
569 então acho que ela poderia contribuir muito com o grupo. Falando
570 da questão da comercialização dentro da equipe que funciona
571 dentro do Estado juntamente com a ADAGRI, CREA, SESA, a SEMACE
572 faz parte desse grupo. Dentro da competência, para mim, o que
573 ficou claro é que a SEMACE cadastra realmente os produtos que
574 são comercializados no Estado do Ceará. Então nós temos
575 disponível no nosso *site* todas as empresas que são cadastradas,
576 que comercializam e que fazem o uso. Eles têm uma equipe que

577 cuida especificamente, e tudo isso está atualizado no nosso
578 site. Mas também nós trabalhamos na fiscalização exatamente no
579 ponto que foi tocado pela colega. Embora exista a exigência para
580 que o produto que vai ser comercializado seja cadastrado, o
581 estabelecimento e o produto em si na SEMACE, realmente existe a
582 comercialização, vamos dizer clandestina de certa forma. Então a
583 SEMACE ela tem trabalhado fazendo visita aos municípios e
584 detectado, fiscalizado e autuado esses estabelecimentos que não
585 estão devidamente cadastrados em relação a esses produtos.
586 Porque não pode, às vezes até essas pequenas mercearias,
587 "mercantilzinhos", acontece isso, mas a gente tem trabalhado.
588 Infelizmente, como foi até relatado aqui, que outros órgãos não
589 têm estrutura, nós temos estrutura muito pequena, o problema é
590 muito sério, realmente eu tenho defendido dentro da SEMACE há
591 bastante tempo, eu sou fundadora da Casa e, apesar de não ser
592 minha área, mas é uma coisa que hoje já tomou corpo, mas que
593 precisa ser criado um núcleo para inclusive a gente passar dessa
594 questão de fiscalizar os produtos em si a comercialização deles,
595 mas também os efeitos na questão ambiental, porque com relação a
596 saúde, a SESA já cuida. A questão dos produtos, a ADAGRI já está
597 cuidando, mas nós sabemos também que ele tem por ação dos ventos
598 e por outras questões assim está no solo, pode estar na água,
599 isso deve ser visto de uma forma maior porque é muito complexo.
600 Então a SEMACE ela cadastra, por exemplo, toda... Vamos supor: a
601 Baía. Por exemplo, vamos supor: a Baía, ela vem comercializar
602 todo o produto dela aqui. Então esse ponto de comércio tanto a
603 Baía tem que cadastrar o produto que ela vai comercializar no
604 Estado, como o estabelecimento que vai comercializar tem que
605 estar cadastrado. E também nós trabalhamos na fiscalização da
606 questão dos depósitos, como é que há o retorno, que é como o
607 colega tratou ali, a logística reversa, que está prevista, já
608 tinha antes na questão da política nacional de resíduos sólidos,
609 a RECEM. Nós tínhamos uma política estadual, nós já
610 trabalhávamos essa questão, e agora com a política nacional de
611 resíduos sólidos ela veio referendar, ela reforçou essa questão.
612 Eu não me lembro bem, mas, eu não sei se o agrotóxico se ele
613 trata por um órgão específico, que há determinados resíduos, por
614 exemplo, de saúde, ele especifica bem claro. Eu não me lembro
615 bem porque eu fiz uma leitura superficial da política, mas que é
616 muito interessante. Agora nós temos que sair do papel para a
617 prática. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Na verdade, pela ordem,
618 Excelência, o que a senhora falou é interessante. O Estado do
619 Ceará, ele se antecipou a política nacional de resíduos sólidos.
620 Inclusive passou pela PGE esse Decreto, e só respondendo a sua
621 indagação, a aplicação dessa política estadual ela se estende a
622 todos os órgãos do Ceará, a todos os Poderes. **Dra. Rosemeire**
623 **Felício Nogueira** - Está inclusive sendo revista a política
624 estadual, para se adequar a política nacional. **Dr. Germano**

625 **Vieira da Silva** - Exatamente. Então só fazendo um adendo aqui,
626 essa é uma questão séria e eu parablenizo o Conselho, embora não
627 tendo participado da reunião anterior, mas parablenizo o Conselho
628 por ter levantado a questão. Primeiro: é um problema de saúde
629 pública, não há dúvida. Segundo: é obrigação do Estado antever
630 isso aí e atuar proativamente, certo?! E terceiro em arremate: o
631 Estado do Ceará, já vi uma matéria a respeito, é o Estado onde
632 mais se consome agrotóxico no Brasil. Eu já vi uma matéria a
633 respeito. **Dra. Rosemeire Felício Nogueira** - Eu sei que o Brasil
634 é um dos maiores consumidores, mas não sabia que o Estado do
635 Ceará tinha esse destaque. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Sim, eu
636 já vi uma matéria, inclusive nós discutimos aqui entre os
637 colegas, é o maior consumidor de agrotóxico no Brasil. E olhe a
638 extensão do Estado do Ceará, que não é tão grande em relação a
639 outros, por exemplo, Mato Grosso, Goiás. Isso para nós é
640 absurdo! E ainda mais em função disso a nossa responsabilidade,
641 a responsabilidade do Estado como um todo, através dos seus
642 órgãos que cuidam da matéria, de atuar preventivamente, não é?!
643 **Dr. Francisco Rocha Newton Martins** - Só complementando aqui, em
644 ações conjuntas que a ADAGRI vem realizando em algumas regiões
645 do Estado do Ceará, ações conjuntas com o CREA, com a SEMACE; só
646 numa ação conjunta no Baixo Acaraú, no perímetro irrigado do
647 Baixo Acaraú, foram recolhidas 04 (quatro) toneladas só de
648 embalagens de agrotóxicos. Para você ver como a gente já está
649 agindo já preventivamente. Essas embalagens são recolhidas, são
650 lavadas e são entregues a uma central e devolvidas aos
651 fabricantes, ou seja, a gente já está também nessa ação conjunta
652 e fazendo essa ação preventiva de não deixar essas embalagens no
653 solo podendo carrear problemas para o meio ambiente,
654 principalmente para a parte hídrica do Estado. **Dr. Francisco**
655 **Auricélio Paiva** - A preocupação é porque de acordo como foi
656 falado, existe uma prevenção, mas de forma pontual. É o que a
657 gente está observando. O Estado do Ceará é uma magnitude. É
658 importante também por outro viés. Existe uma propaganda, um
659 incentivo no sentido de que se use mais alimentos saudáveis. Por
660 outro lado, será saudável?! Esse é o questionamento! Quando ele
661 estava falando aqui que por média, por ano, por pessoa, três
662 quilos ou quatro quilos por pessoa de agrotóxico. Isso é
663 preocupante. A gente tem que ter numa medida tanto preventiva
664 como fiscalizadora. E a gente observa que o Estado está sendo
665 incompetente com a fiscalização. Seria interessante que o
666 representante da Assembleia, se aqui estivesse, era que
667 mantivesse um contato e alargasse a competência desses órgãos
668 estaduais, no sentido da fiscalização, ou por outro lado, nós
669 invocarmos até um manifesto ao Governo do Estado, no sentido das
670 providências urgentíssimas. **Dra. Rosemeire Felício Nogueira** - Só
671 complementando, eu acho que além da fiscalização, porque ela só
672 nós não vamos ter um resultado assim mais rápido, mas é a

673 questão da educação mesmo, da cultura... E tem que mudar mesmo,
674 porque mudança de atitude não é só fiscalização, é questão de
675 educação ambiental, sanitária, saúde, tudo isso precisa ser
676 trabalhado de forma conjunta para que a população tome
677 conhecimento e comece a reivindicar seus direitos, porque ela é
678 que é a consumidora. Então ela tem que consumir produtos de
679 qualidade. **Dra. Stela Silvia Ponte Soares** - Eu queria colocar
680 ainda que eu acho que isso deveria ser feito mais em termos
681 práticos, o que eu gostaria... Porque foi falado aqui na última
682 reunião que o descarte das embalagens tinha um posto de coleta
683 na Ibiapaba, mas, por exemplo, a pessoa teria que se deslocar de
684 200 a 300 Km para ir deixar. Isso é totalmente inviável. Eu não
685 entendi se eles recolheram foi tipo assim passando um caminhão,
686 uma coisa eventual, uma coleta sistemática e, queria colocar que
687 me incomodou muito quando o senhor falou que vocês lavavam as
688 embalagens para serem apresentadas. E aí eu digo: não lavem,
689 não! Que a água vai poluir o rio e o solo. **Dr. Francisco Rocha**
690 **Newton Martins** - Eu vou pedir desculpas, eu também sou
691 veterinário, não sou agrônomo, e essa lavagem não é uma lavagem
692 simplesmente com água corrente, não. Tem um procedimento,
693 tanques, é uma higienização. Então me desculpe a colocação da
694 lavagem, mas é porque eu não sou do ramo, certo?! Mas essa ação
695 de recolhimento na verdade foi conscientizando as revendas, no
696 caso, as revendas de produtos agrícolas, no caso, de
697 agrotóxicos, que orientassem que depois de utilizados trouxessem
698 essas embalagens e as revendas nos solicitariam e a gente ia
699 buscá-las. Mas muitos produtores de grande porte, nós fomos
700 mesmo buscar na própria propriedade, porque muitos deles compram
701 direto do fabricante, então nós recolhemos nos grandes
702 consumidores, vamos dizer assim. Mas nós... foi recolhido,
703 revenda e grandes produtores. **Dra. Rosemeire Felício Nogueira** -
704 Eu vou só complementar aqui o que o colega está dizendo, que
705 está previsto na política estadual de resíduos sólidos, como na
706 nacional, seria a logística reversa. Ao adquirir esse produto,
707 ele teria que devolver a embalagem para quem está
708 comercializando, porque ela é bem clara. Vou devolver para o
709 comerciante ou para o fabricante e ele é quem vai se encarregar.
710 Então assim, a questão do depósito ficar longe, seria
711 facilitado, se aquele agricultor, naquele município, onde ele
712 adquiriu ele devolvesse para a loja e ela se encarregasse disso.
713 Então não é uma coisa para dificultar, a finalidade é facilitar
714 para que realmente solucione o problema. Assim como cresceu
715 bastante, eu acho que tem seis itens que a política trabalha a
716 questão de pneus, que antes era só a Resolução CONAMA que
717 trabalhava lâmpadas, óleos e que já tem avançado de certa forma.
718 É um processo. **Dr. Francisco Rocha Newton Martins** - Só
719 complementando, essa ação que eu falei das 04 (quatro) toneladas
720 ela foi feita em outras reuniões: Sertão do Cariri, Sertão

721 Central como base em Iguatu, na própria Ibiapaba e também no
722 baixo Jaguaribe, principalmente pegando ali Chapada do Apodi,
723 Limoeiro e por "acolá" tudo. Praticamente foram cinco setores
724 recolhidos e mais específico foi o Baixo Acaraú com 04 (quatro)
725 toneladas. **Dra. Rossana Meira** - Eu estava aqui pensando que o
726 Senhor falou que nós estamos consumindo bastante produtos com
727 agrotóxicos aí eu me lembrei que estava com a apresentação dos
728 nossos últimos dados aqui, e fui verificar e só queria
729 apresentar aqui os nossos resultados dos laudos de agrotóxicos
730 do PARA de 2010. Eu não sei se dá para ver o que está de azul
731 são os laudos satisfatórios e os de vermelho são os
732 insatisfatórios. Pronto! Olhem só, foram coletadas cinco
733 amostras de laranjas e todas as cinco deram satisfatórias, ou
734 seja, não deu nenhum tipo de resíduos de agrotóxico. Já as de
735 couve, das seis análise coletadas uma deu insatisfatório. Já o
736 pepino foi o inverso, não é?! Foram coletadas sete amostras e
737 cinco deram contaminadas por agrotóxico, ou por não autorizadas
738 ou por limite máximo de resíduos. Já as cebolas deu tudo ok,
739 satisfatória. A manga. Manga já deram quatro satisfatórias e uma
740 insatisfatória. Beterraba deu cinco satisfatórias e uma
741 insatisfatória. Já o mamão, que a gente come todo o dia, que vai
742 para nossa mesa todo o dia, não é?! Isso já foi um alívio para a
743 gente. De seis amostras coletadas, todas as seis deram boas. Já
744 vem aí o nosso morango já deu um salto aí, de quatro amostras,
745 três deram contaminadas. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda**
746 **Cavalcante Machado** - Esse morango vem de longe, não é? **Dra.**
747 **Rossana Meira** - Vem. Porque que o morango ela entra na cultura
748 do PARA, não é?! Porque tudo o que é produzido é consumido. Na
749 nossa cultura aqui no Brasil, tudo o que é produzido ele é
750 consumido. É por isso que ele entra nas culturas que são
751 analisadas. A alface. Já a alface foi praticamente meio a meio,
752 Foram sete culturas analisadas, quatro boas e três ruins,
753 contaminadas. Deu quase cinquenta por cento. A maçã das sete
754 culturas só uma deu contaminada. Cenoura também deu boa, não é?!
755 Ali é o pimentão. O pimentão deu contaminado praticamente em
756 todo o Brasil. Só teve um Estado que não deu problema. Em todo o
757 Brasil o pimentão foi o carro chefe de produto contaminado.
758 Então foi o que nos deu mais problema foi o pimentão. **Dr.**
759 **Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - Mas aí está se
760 falando dos resultados coletados nos supermercados do município
761 de Fortaleza. **Dra. Rossana Meira** - No município de Fortaleza!
762 **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - Isso é só
763 Fortaleza. Nós podíamos dizer que a situação é grave diante
764 disso. **Dra. Rossana Meira** - É grave! É grave! **Dr. Alfredo**
765 **Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - E há notícias de
766 consequências para a saúde pública? **Dra. Rossana Meira** - Sim, o
767 índice de câncer tem subido bastante. Porque assim, essas
768 culturas elas são escolhidas como?! São produtos que vão para o

769 nosso consumo diariamente, está certo?! Entra aí também o arroz
770 e o feijão. Além de produtos, são produtos que vão para o nosso
771 consumo no dia-a-dia, além dos dois cereais: arroz e o feijão. É
772 sinal que estamos consumindo um alto... **Dr. Antônio Carlos**
773 **Azevedo Costa** - Permita-me aqui só uma colocação? Só para
774 esclarecer ao Senhor Presidente, se é que eu estou entendendo
775 isso daí é uma análise geral. Não está nem se colocando aqui em
776 discussão pelo o que eu estou entendendo, o que é orgânico
777 puramente sem agrotóxico, não está nem em discussão isso aí. **Dr.**
778 **Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - Mas são
779 alimentos, não é? Indistintamente. Orgânico e não orgânico estão
780 todos aí. **Dr. Antônio Carlos Azevedo Costa** - Viu, Senhor
781 Presidente, ao meu ver, já estão claros aqui dois fatos: 01 (um)
782 em abstrato porque está havendo muita incidência de câncer, mas
783 se sabe até que ponto essa frequência é por essa alimentação.
784 Mas um fato concretíssimo, que já está acontecendo, é se vender
785 gato por lebre. E aí o consumidor precisa saber se aquele
786 alimento orgânico que ele está comprando é verdadeiramente
787 orgânico. O senhor tem dois meninos pequenos, não é?! A idade de
788 seus filhos só para citar como exemplo aqui. **Dr. Alfredo Ricardo**
789 **de Holanda Cavalcante Machado** - Pequenos são dois. **Dr. Antônio**
790 **Carlos Azevedo Costa** - Pois é, se o senhor for para um mercantil
791 e tem lá alimentos orgânicos, você compra, mas não tem a certeza
792 de que ele é orgânico. E o pior de tudo, pelo que me consta, é
793 que, da denúncia do rapaz que veio na sessão pretérita, no
794 Estado do Ceará não tem nada que examine se aquilo ali é
795 orgânico. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** -
796 Você falou nisso e isso eu quero até perguntar para tirar uma
797 dúvida. Eu trouxe ontem de Quixeramobim ovo caipira justamente
798 para os meus meninos. Tem possibilidade de contaminação o ovo?
799 **Dr. Antônio Carlos de Holanda Cavalcante Machado** - Depende do
800 milho, não é?! **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado**
801 - Mas eu quero saber, se a galinha comer o milho contaminado o
802 ovo fica contaminado? **Dra. Rossana Meira** - Quase todo o nosso
803 milho ele é transgênico. **Dr. Antônio Carlos Azevedo Costa** - Olhe
804 aí. Então é só para o senhor sentir a alta relevância para toda
805 a cidadania, todo o cidadão, eu não digo só nós consumidores
806 não, é de A a Z. De Norte a Sul, de Leste a Oeste, a importância
807 desse tema aqui. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante**
808 **Machado** - Ou seja, eu estou vendo que o buraco é mais embaixo do
809 que o que a gente pensa. **Dr. Antônio Carlos Azevedo Costa** - Nós
810 estamos apenas pegando na ponta do *iceberg*. **Dr. Alfredo Ricardo**
811 **de Holanda Cavalcante Machado** - Vamos pegar isso na unha mesmo?!
812 Cumprir o nosso papel dentro de nossas atribuições?! De modo
813 pleno?! Então vamos... **Dr. Antônio Carlos Azevedo Costa** - Daí as
814 palavras voam e as ideias fogem da mente da gente, antes que eu
815 me esqueça, eu gostaria de sugerir, além da sua sugestão de
816 recomendação, que fosse feito um *release* bem elaborado por quem

817 tem conhecimento de causa, os técnicos, podiam até colaboração
818 dos nossos visitantes, alguém que pudesse somar para fazer um
819 release bem feito e colocar na imprensa o que está acontecendo,
820 esse sinal amarelo porque ninguém sabe se vai avermelhar, não é?
821 Para dar ciência a comunidade cearense do risco e até chamar a
822 atenção. Só para dar uma "advertenciazinha". Porque essa
823 advertência ela vai circular praticamente nas instituições, e os
824 Promotores de Justiça nos órgãos, os agentes operadores que vão
825 cumprir, não é? A massa da população não está ciente disso aí. E
826 de repente a mídia como toda, tivesse aqui como sugestão nossa
827 partindo especialmente da Defesa do Consumidor, do PROCON do
828 Estado do Ceará, que tem a missão institucional de defender
829 intransigentemente o consumidor cearense. Então eu colocaria
830 essa sugestão: que fosse feito um release bem elaborado com
831 todas as orientações, o que é que está acontecendo, o que é que
832 o consumidor deve ter cuidado etc, etc. **Dr. Alfredo Ricardo de**
833 **Holanda Cavalcante Machado** - Eu sugiro que a gente já traga as
834 sugestões para a próxima. Vamos antecipar o mais breve possível
835 esta extraordinária. A Secretária para que os órgãos do
836 Ministério Público não faltem, como o CAOMACE e as Promotorias
837 de Justiça do Meio Ambiente estejam aqui presentes. Vamos ver se
838 estas são as entidades que devem ser convidadas: Ministério da
839 Agricultura, UFC, CEASA, SEMACE, ADAGRI, EMATERCE, CONPAM e
840 SESA. Mais alguma? CREA também. **Dr. Francisco Auricélio Paiva** -
841 Seria interessante também representante de supermercados. **Dr.**
842 **Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - Eles têm uma
843 Associação. **Dr. Antônio Carlos Azevedo Costa** - ACESU
844 representante de supermercados. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda**
845 **Cavalcante Machado** - ACESU, Instituto Agropolos. **Dr. Felipe**
846 **Gomes Cavalcante** - Senhor Presidente seria interessante também
847 colocar a área específica da SEMACE que cuida do... **Dra.**
848 **Rosemeire Felício Nogueira** - Mas eu já direciono... **Dr. Felipe**
849 **Gomes Cavalcante** - E no caso do CONPAM, eu me comprometo porque
850 existe uma coordenadoria específica que trata do assunto, e se o
851 colegiado concordar, eu convocarei a pessoa responsável. **Dr.**
852 **Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - A pessoa
853 responsável. Eu gostaria que estivesse presente também o
854 Assessor Jurídico Dr. Marcus Renan. Convite formal para ele
855 também. O assunto será discussão sobre produtos orgânicos e
856 outros e a comercialização e utilização de agrotóxicos.
857 Basicamente em torno disso o objeto dessa extraordinária
858 específico. Você convide formalmente a Assessoria de Comunicação
859 da PGJ para já ir se inteirando do fato. E aí eu acho que desta
860 próxima sessão tiraríamos toda a nossa estratégia de ação em
861 relação a isso. Alguém deseja mais discutir o assunto
862 específico? **Dr. Germano Vieira da Silva** - Senhor Presidente,
863 pela ordem. Na qualidade de membro do Conselho, eu faço votos de
864 que essa discussão aqui ela produza efeitos para fora. Por quê?!

ATA DA 70ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de junho de 2012

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

865 Porque essa discussão que a gente está tendo aqui começou com a
866 questão dos produtos orgânicos, ela é bem mais genérica. Porque
867 por exemplo: o Senhor vai a um supermercado, tem uma área de
868 produtos orgânicos, mas a grande maioria da população ela não
869 sabe nem o que é isso. Então essa é uma questão mais delicada e
870 mais geral. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** -
871 Promotoria da Saúde Pública também, Dra. Isabel. **Dr. Germano**
872 **Vieira da Silva** - Eu estou lembrando aqui e acho que cabe na
873 discussão aqui. Eu vou fazer aqui uma referência a um grande
874 estudioso cearense, eu não sei se todos o conhecem, Professor
875 Hugo de Brito Machado, na minha visão instituição cearense,
876 grande estudioso, Hugo de Brito Machado, grande tributarista.
877 Agora em uma das aulas dele realmente falando sobre os conceitos
878 mais gerais do Direito, ele tratou de um assunto que cabe aqui
879 nessa discussão, que é a diferença entre direito e poder. Nem
880 sempre quem tem direito tem o poder. E o direito muitas vezes
881 depende de quem tem o poder. Por exemplo: quantas e quantas
882 coisas absurdas não saem do Congresso Nacional? E são direito.
883 São direito positivo, mas são direito. Por quê? Porque o
884 Congresso Nacional tem poder. Então, trazendo para nossa
885 discussão aqui, esse assunto é matéria de debate técnico,
886 jurídico, sob todos os aspectos por aí. Quantos congressos,
887 palestras já foram feitos sobre o assunto, e quanto tempo o
888 Estado do Ceará está discutindo a questão? Há quanto tempo faz
889 que eu particularmente vi essa matéria que o Estado do Ceará é o
890 maior consumidor de agrotóxico no Brasil? Agora essa discussão
891 precisa chegar no poder a que o professor se refere. E o
892 Ministério Público tem poderes para implementar o que é
893 interessante para atender esse problema. O Estado do Ceará tem
894 poderes para implementar isso. Então, está faltando os órgãos
895 que têm poder tomarem essa iniciativa. Tomarem a discussão para
896 si e o interesse de implementar isso, talvez modificando,
897 alterando direito estadual ou estimulando alteração dele a nível
898 federal. E eu acho que o Ministério Público tem poder, o próprio
899 Conselho aqui tem poderes, o Estado do Ceará tem poderes e
900 outros órgãos envolvidos tem o poder, certo? Então é só para
901 realçar essa questão que eu acho que cabe aqui na nossa
902 discussão. Quem tem o poder. Eu acho que chegou em quem tem o
903 poder. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** -
904 Certo! A pretensão é a gente tomar isso a pulso mesmo. Vamos
905 adiante nessa questão, e a gente vai utilizar os instrumentos e
906 os órgãos que o Ministério Público tem disponibilizado para a
907 sociedade e vamos chamar a responsabilidade dos demais órgãos.
908 Vamos tirar alguma decisão e objetivar esta decisão nossa. Agora
909 com certa cautela vamos ter primeiro essa reunião logo para a
910 gente se assenhorar de todo o assunto e aí nós traçaremos em
911 conjunto as estratégias de ação nossa. **Dr. Francisco Auricélio**
912 **Paiva** - O Senhor falou que seria interessante o representante da

ATA DA 70ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de junho de 2012

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

913 Saúde Pública. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado**
914 - Nossa, do Ministério Público, Dra. Isabel Porto, para a
915 próxima sessão estar presente. **Dr. Francisco Auricélio Paiva** -
916 Na sessão anterior, nós fizemos um questionamento no sentido de
917 que essa discussão partisse também para as instituições
918 escolares. Como foi falado agora a pouco pelo representante da
919 SEMACE, se não me falha a memória, o homem do campo está sendo
920 assistido, mas foi dito também que é uma questão cultural. Se é
921 uma questão cultural, a gente começa essa cultura através das
922 escolas. Portanto, a gente faz uma solicitação no sentido de que
923 algum representante da Secretaria da Educação Estadual estivesse
924 presente a próxima reunião. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda**
925 **Cavalcante Machado** - Da Secretaria de Educação, um representante
926 também - SEDUC, e aproveite e chame os colegas da Educação
927 também. E os Promotores da Cidadania, têm deles que tem
928 atribuições nessa área da educação. Seria bom eles estarem
929 presentes também. **Dr. Francisco Auricélio Paiva** - Tendo em vista
930 a existência dos currículos, aliás, dos programas transversais
931 que está incluído aí a questão da educação fundamental e média.
932 **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - Podemos
933 passar ao ponto seguinte? Ponto 04: trata da informação da
934 redistribuição do processo nº 11443/2012-2, referente ao Projeto
935 "Jardim conectado: arte, cultura e mercado" apresentado pelo
936 Instituto de Arte e Cultura do Ceará. Na reunião passada, foram
937 distribuídos aos Conselheiros os projetos apresentados ao
938 Conselho e ao FDID em 2012 para análise e relatoria. Coube a
939 representante da Secretaria da Saúde, a Dra. Rimena Praciano, o
940 Projeto de Arte e Cultura do Ceará, se declarou impedida. A
941 Senhora externará o motivo do impedimento se bem entender.
942 Pretende externar? Pois não. A palavra com Vossa Excelência.
943 **Dra. Rimena Alves Praciano** - Recebi o projeto e não lembrei na
944 hora, por ser originária da Secretaria de Cultura, participei na
945 época da criação, da formação do Instituto, inclusive consta meu
946 nome na ata de fundação e, portanto, eu não me sinto, não é
947 possível julgar o Instituto que eu criei, participei da criação,
948 não é? E lembro também que essa discussão aqui agora finalizamos
949 começou na apresentação do CONPAM, das cartilhas que vão ser
950 distribuídas, no curso de agricultura sustentável, que foi
951 aprovado no edital passado com recursos do FDID, na minha
952 relatoria. Obrigada. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante**
953 **Machado** - A Presidência comunica que o processo foi
954 redistribuído a Conselheira Vanja Fontenele que nele deverá
955 officiar. Vencido a pauta, os assuntos pautados coloco a palavra
956 a qualquer dos Senhores Conselheiros para qualquer assunto de
957 interesse. Não havendo, portanto, outros assuntos a serem
958 tratados de ordem geral, resta-nos agradecer-los e agradecer-las
959 pela presença e declarar findos os trabalhos, e no mais breve

ATA DA 70ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de junho de 2012

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

960 tempo possível vamos definir a data dessa sessão extraordinária.

961 Bom dia a todos, bom dia a todas.

Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado

Presidente do CEG/FDID

Felipe Gomes Cavalcante

Conselheiro - CONPAM

Francisco Auricélio Paiva

Conselheira - SECULT

Stela Silvia Ponte Soares

Conselheira - SECITECE

Germano Vieira da Silva

Conselheiro - PGE

Rimena Alves Praciano

Conselheira - SESA

Antônio Carlos Azevedo Costa

Conselheiro - DECON

Diana da Cunha Moura

Conselheira - SEFAZ

Karine Jucá Moreira

Conselheira - SETUR